

“Irrelevante”: a crítica de Nilson Lage à Teoria da Comunicação no ensino de Jornalismo

Luis Mauro Sa Martino

Recebido em: 04.03.22
Aprovado em: 03.05.22

Luis Mauro Sa Martino

Professor do PPG em Comunicação da Faculdade Cásper Líbero. Doutor em Ciências Sociais pela PUC-SP. Autor dos livros "Teoria da Comunicação" (Vozes, 2009), "Teoria das Mídias Digitais" (Vozes, 2014) e "Métodos de Pesquisa em Comunicação" (Vozes, 2018), entre outros.

E-mail: lmsamartino@gmail.com

Resumo:

Este artigo delineia algumas das críticas e propostas referentes à teoria e epistemologia da comunicação tal como propostas por Nilson Lage em seu texto *A comunicação decepcionante*, publicado na página do *Observatório da Imprensa* em 2003. Busca-se não apenas situar o artigo no contexto de sua publicação, quase duas décadas atrás, mas também indicar seu lugar nos debates contemporâneos sobre o tema. O argumento se desenvolve em três movimentos principais. Destaca-se (1) a crítica ao lugar da Teoria da Comunicação nos cursos universitários; (2) a discussão sobre a validade de um discurso teórico sobre Comunicação a partir de outras disciplinas; e (3) suas articulações didático-pedagógicas no contexto do ensino universitário. Esses aspectos são pensados no âmbito das discussões correntes sobre Teoria da Comunicação.

Palavras-chave: Jornalismo. Ensino. Teoria da Comunicação.

“Irrelevant”: Lage’s critique of Communication Theory in Journalism Teaching

Abstract:

This article outlines some of the criticisms and proposals regarding the theory and epistemology of communication, as proposed by Nilson Lage in his text *The disappointing communication*, published on *Observatório da Imprensa* in 2003. We seek not only to place the article in the context of its publication, which was almost two decades ago, but also to indicate its place in contemporary debates on the subject. The argument develops in three main movements: (1) the critique of the place of communication theory in university courses; (2) the discussion on the validity of a theoretical discourse on communication from other disciplines; and (3) its didactic-pedagogical articulations in the context of university education. These aspects are considered within the scope of current discussions on Communication Theory.

Keywords: Journalism. Teaching. Communication Theory.

Estudos em Jornalismo e Mídia
v.19, n.1, jan./jun. 2022.
ISSNe 1984-6924

A preocupação de Nilson Lage com o ensino de Jornalismo foi constante ao longo de sua carreira e se manifestou não apenas na atividade docente ou na escrita de livros didáticos, como *A estrutura da notícia* ou *Linguagem jornalística*, mas também em diversos artigos publicados a respeito do tema. Este artigo examina um desses textos, intitulado *A comunicação decepcionante* (LAGE, 2003b), no qual o autor discute o lugar da Teoria da Comunicação nos cursos de Jornalismo.

Publicado em 23 de abril de 2003, na página do *Observatório da Imprensa*, o texto é a última parte de um debate entre o autor e Jussara Rezende Araújo, iniciado algumas edições antes. A discussão começa quando, dia 9 de abril daquele ano, Lage publica um artigo no qual propõe a retirada dessa disciplina da matriz curricular de Jornalismo. A sugestão provoca uma resposta de Araújo, sugerindo que a proposta foi feita porque o professor não dominaria a extensão, ou não entenderia a importância da disciplina.

A comunicação decepcionante é a réplica de Lage. No texto, faz um exame crítico de alguns dos principais conceitos associados a essa disciplina, apontando problemas e limites da formulação de um pensamento teórico em Comunicação, bem como propondo alguns encaminhamentos.

A ideia para discutir esse texto de Lage, publicado há quase duas décadas, nasce de uma experiência de sala de aula. Quase todos os anos, na última aula de cursos de Teoria da Comunicação ou Metodologia de Pesquisa, é proposto às alunas e alunos uma discussão sobre *A comunicação decepcionante*.

O artigo costuma provocar reações imediatas.

Em primeiro lugar, invariavelmente, destacam o estilo provocador e a intenção polêmica do texto. Mesmo com a ressalva de que se trata de um artigo publicado em veículo de circulação, o fato de um debate acadêmico ser colocado em linguagem coloquial costuma quebrar expectativas sobre esse discurso (“então pode escrever assim?”) para além do âmbito mais conhecido das normas de estilo e padronização do texto científico geralmente apresentados nos livros sobre o assunto.

O segundo ponto, após esse momento inicial de surpresa com a linguagem, refere-se ao conteúdo. Lage examina de maneira crítica e sistemática alguns dos principais temas abordados em cursos de Teoria da Comunicação, ressaltando os limites ou mesmo a insuficiência de modelos e escolas teóricas. Nas discussões, esse ponto costuma gerar questionamentos sobre o ensino de teoria da comunicação nos cursos universitários, perguntando-se o que significaria uma teoria “da comunicação” em cursos de Jornalismo ou Publicidade e Propaganda.

A terceira reação se refere à validade das próprias teorias. *A comunicação decepcionante* faz uma crítica a teorias recém-vistas ao longo da disciplina, provocando certa perplexidade em relação às possibilidades hermenêuticas e validade epistemológica. Nas aulas, isso é traduzido em expressões de dúvida como “e agora, que teoria vale?”, ou “as teorias que vimos estão erradas?”.

A leitura de *A comunicação decepcionante* ao final do curso oferece uma abertura para se pensar o próprio lugar da teoria na prática de pesquisa. E também para questionar a visão dos conceitos como entidades prontas e acabadas, abrindo espaço para pensá-los como proposições em constante elaboração e tensionamento com a realidade.

Embora o texto tenha sido publicado há quase 20 anos, nunca houve questionamentos sobre sua atualidade. Apesar das transformações sociais e tecnológicas dessas duas décadas, sobretudo no ambiente das mídias digitais e das redes sociais, os tópicos levantados parecem ser vistos por alunas e alunos como pontos válidos de discussão. Seria possível ver isso como um indício de que algumas questões referentes à Teoria da Comunicação, seja como disciplina ou elaboração de um pensamento conceitual, permanecem válidas.

Este artigo, portanto, delineia a discussão sobre teoria da comunicação proposta por Lage. No que se segue, após uma contextualização inicial, o argumento se desenvolve em três momentos, destacando (1) a crítica ao lugar e composição da teoria da comunicação, enquanto disciplina, nos cursos universitários; (2) a discussão sobre a validade de um discurso teórico sobre comunicação vindo de outras disciplinas e (3) as questões didático-pedagógicas no contexto do ensino universitário a partir dos pontos levantados no texto. Esses aspectos são pensados no âmbito das discussões correntes sobre Teoria da Comunicação.

Vale assinalar aqui o que poderia ser visto como uma contradição: trazer, para debater Teoria da Comunicação, um texto que propõe sua retirada dos cursos de Jornalismo. Entende-se, no entanto, que a crítica de Lage, ao endereçar problemas contemporâneos da disciplina, pode contribuir para pensá-la de maneira crítica e, por que não, aprimorá-la. Como o autor diz em seu texto, “Porque seria preciso não fazer da ‘carreira’, apoiada em elogios mútuos, a razão de vida. Quem gosta de criticar precisa, antes, criticar-se e aceitar críticas” (LAGE, 2003b, não paginado). E, para pensar a Teoria da Comunicação, a crítica de Lage pode ser um ponto de partida atual.

Destaque-se um aspecto referente ao acesso ao material de análise deste artigo. Como indicado, *A comunicação decepcionante* foi a resposta a uma carta de Araújo. No entanto, nem esse artigo inicial nem a carta resposta estão disponíveis para consulta na página do *Observatório da Imprensa*. A referência, aqui, é feita a partir de uma cópia em Word do primeiro texto de Lage utilizado como material didático nas disciplinas mencionadas.

O contexto do debate

O artigo de Nilson Lage se insere em uma discussão cara ao autor, presente em vários momentos de sua obra – e, em particular, em suas colaborações no *Observatório da Imprensa*: o ensino de Jornalismo e a situação dos cursos no Brasil. O foco de seu texto, a preocupação com o ensino teórico em Jornalismo, não parece ser um tema particularmente discutido, em que pesem as elaborações de Temer (2007), Hime (2013) ou, em perspectiva um pouco diferente, Bueno e Gehlen (2017). Em comum com o artigo de Lage, discutem a pertinência e a localização das disciplinas teóricas nos cursos de Jornalismo. Eles se pautam, no entanto, na discussão de Teorias do Jornalismo – o texto de Lage é o único que endereça os estudos de Comunicação de maneira mais ampla.

O texto inicial do debate, *A escola muda de perfil. Muda?*, dirige sua crítica a um certo entusiasmo por novidades tecnológicas que estavam sendo introduzidas nos cursos, sobretudo na área de telejornalismo, sem que isso se traduzisse na preparação dos alunos para compreender e lidar com esses equipamentos. Na visão de Lage, o problema não era a tecnologia em si, mas sua definição como critério de qualidade de um curso sem levar em conta seu objetivo principal, a formação de jornalistas.

No entanto, o ponto destacado na carta de Araújo é o início do artigo. Lage (2003a) argumenta que as radicais mudanças tecnológicas do momento, sobretudo a onipresença de computadores e da Internet, demandavam uma alteração radical no ensino de Jornalismo. O profissional precisa dominar “linguagens oral e gráfica”, além de conhecer “a história recente de sua cidade, de seu país e do mundo”, além de estudos sobre “Direito da Informação” e “raciocínio ético que lhes permita estabelecer seus limites”. Lage (2003a, não paginado) completa: “Mas ainda isso não basta: serão necessários conhecimentos de informática, trânsito na área tecnológica e habilidade com números”.

Na medida em que matrizes curriculares são espaços limitados, a inclusão de determinados tópicos significa, necessariamente, a exclusão de outros. Antecipando-se a esse raciocínio, Lage indica a maneira de abrir espaço:

O que suprimir? Comunicação. São estudos inúteis ou de pouca utilidade para a formação profissional, que há mais de um século discutem se o jornalismo é bom ou mau, o quanto “manipula as massas”; procuram avaliar o produto pelo processo de produção (falácia genética); discutem o poder da mídia de gerir as preocupações das pessoas (coisa que o poder sempre fez, desde a conquista da Grécia por Alexandre ou a declamação de Cícero aos romanos pela destruição de Cartago, quando a única mídia disponível era presencial) (LAGE, 2003a, não paginado).

O estudo da Comunicação é nominalmente descartado, e sua justificativa não se dá pautada apenas na alegação de insuficiência epistemológica para dar conta de um fenômeno ou conjunto deles, mas também por suas implicações políticas.

O único objetivo real dos estudos de comunicação é inocentar o poder. Em lugar de George W. Bush e de seu grupo, a culpa é da CNN e da Fox News, do *New York Times* e do *Washington Post*, como se essas empresas pairassem no mundo e não estivessem submetidas ao mesmo sistema que, diante de uma crise econômica, partiu para a caçada pré-eleitoral às bruxas. Se a mídia resistisse... Ora, se o Congresso resistisse, se os tribunais resistissem, se a academia resistisse, se os militares resistissem, se as universidades resistissem, se os artistas resistissem... (LAGE, 2003a, não paginado).

Há uma indicação geral do que seria uma insuficiência de base do pensamento sobre comunicação para dar conta dos fenômenos que se propõe a estudar, seja por sua falta de articulação com a formação do jornalista, seja por seu aspecto do que aparenta ser uma inconsciente cumplicidade para com o poder estabelecido.

Esses pontos atraem a crítica de Araújo, publicada na forma de uma carta ao *Observatório da Imprensa*.

Nesse artigo inicial, Lage não chega a formular uma crítica detalhada nem dos aspectos políticos, nem das limitações epistemológicas dos estudos de Comunicação. Mais ainda, não existe uma menção direta à disciplina Teoria da Comunicação. Embora seja possível inferir que se trata disso, é possível ainda observar que os pontos curriculares criticados podem, em alguns casos, estar também no repertório de disciplinas como Filosofia ou Sociologia da Comunicação, como aponta L. M. Martino (2013).

Isso leva a uma questão atual, endereçada de maneira indireta por Lage: qual o lugar do estudo da Comunicação nos cursos de Comunicação? Os conteúdos indicados pelo autor facilmente poderiam se espalhar em mais de uma disciplina, embora seu ponto de convergência seja, de fato, a disciplina Teoria da Comunicação. Ao indicar, como ponto de sua crítica, os estudos de “comunicação”, de maneira ampla, Lage provoca a pensar o significado das disciplinas teóricas dentro dos cursos. A questão é antiga, como lembra Luiz C. Martino (2006, p. 21):

[...] historicamente, os cursos de teorias da comunicação foram reivindicação dos jornalistas [...]. Desde o primeiro momento em que os jornalistas se reuniram para discutir os atributos necessários ao aprimoramento de suas atividades profissionais, eles tiveram bastante clara a ideia de que um curso de teoria seria imprescindível, e, portanto, deveria constar como um dos princípios básicos de sua formação.

A situação que não deixa de ter algo de paradoxal, elemento apontado anteriormente (L. M. MARTINO, 2013): embora, nos cursos superiores, exista uma disciplina específica chamada Teoria da Comunicação, os estudos teóricos sobre Comunicação costumam espalhar-se por várias outras matérias, como, por exemplo, Sociologia da Comunicação ou Semiótica.

O que, de fato, constituiria a especificidade da disciplina? Essa questão em relação ao posicionamento do repertório teórico nos estudos de Comunicação é um dos fatores da crítica de Lage, sobretudo no encadeamento de conhecimentos de diversas áreas sem, efetivamente, uma solução de compromisso interdisciplinar.

Qual o contexto desse debate?

Escrevendo em 2003, Lage se refere a um cenário no qual a formação superior em Jornalismo ainda é uma habilitação dentro dos cursos de Comunicação, em que está localizado desde o final da década de 1960, quando a criação da graduação em Comunicação Social leva a agrupar, sob esse nome, os então existentes cursos de Jornalismo, Publicidade e Propaganda, Relações Públicas, Radialismo, Cinema e Editoração. A relação entre as habilitações específicas e sua área geral de conhecimento nunca serão tranquilas, e sucessivos debates, ao longo do tempo, vão-se concentrar ao redor de alguns pontos críticos (L. M. MARTINO, 2012; ANDRADE, 2015; MEDITSCH, 2015; MARTINS, 2019).

O primeiro diz respeito à formação específica para as habilitações. Os cursos de graduação em Comunicação parecem ter um paradoxo de origem que nunca chega a ser bem resolvido: o ingressante chegava a um curso de “comunicação social”, mas, a rigor, saía como um profissional de Jornalismo ou Publicidade e Propaganda. Não existe uma profissão de “comunicólogo” resultante dessa formação, e nem sempre há um pleno entendimento do que significa, de fato, uma faculdade de “comunicação” quando o objetivo é formar profissionais de áreas específicas.

Em *A comunicação decepcionante*, Lage (2003b, não paginado) refere-se a essa questão no reforço de seu argumento sobre a supressão dos estudos de Comunicação. Em sua análise, esse tipo de estudos – “sustenta algumas hipóteses e nenhuma certeza, aceita a especulação, mas não admite erro” – caberia apenas na pós-graduação, “se pode especular partindo do abstrato para outro abstrato”. No entanto, fora desse espaço, não haveria razão para estudos dessa natureza:

Na graduação, o destino inevitável é a concretude da vida real, das paixões humanas e do mercado que, no caso do jornalismo, vai do sindicato à empresa, da comunidade à pátria, do boletim destinado aos excluídos sociais até o documentário institucional que será exibido aos acionistas do conglomerado financeiro.

É sintomático que Lima (1983) já apontava uma “crise de identidade” dos cursos de Comunicação, oscilando entre uma formação mais “técnica” ou “prática” (e, portanto, voltada para o domínio das habilidades) e outra mais “cultural” ou “teórica” (ligada à Comunicação). Essa perspectiva aponta para um problema semelhante àquele discutido no texto de Lage (2003b): qual profissional está sendo formado em um curso de Comunicação? Isso leva ao próximo ponto.

O segundo debate se refere a esse problema de identidade da área de Comunicação. Criada a partir de uma decisão ministerial no final dos anos 1960, os cursos de Comunicação enfrentam um problema relacionado ao tipo de conhecimento que os constituem. Lage (2003b, não paginado) aponta isso como um problema original da área:

[...] comunicação não é ciência já que não tem objeto nem métodos definidos. É uma área inventada por estratégia (no caso da América Latina, para conter a militância dos jornalistas, que tanto ajudou a revolução cubana), uma teoria de dominação como qualquer outra.

Embora existissem propostas para a organização de escolas de Comunicação, dentre as quais seria possível destacar a de Pignatari (1971), a instauração desse curso superior parece ressentir-se, desde o início, de um problema a respeito do que efetivamente deve ser ensinado e qual seria o profissional formado. As questões vão desde uma discussão a respeito dos significados de “comunicação” até problemas de ordem prática, como a definição das disciplinas que constituiriam o curso. Talvez não seja de se estranhar que já nos anos 1970 sejam registradas críticas bastante agudas a respeito do significado e importância do curso (MENEZES, 1971; DÓRIA, 1972; LINS DA SILVA, 1979).

Em particular, os problemas de elaboração de um repertório teórico mínimo de base para os cursos de Comunicação mobilizam um debate recorrente ao longo dos anos 1980-2000. Esse consenso não chega a ser observado e a produção teórica em Comunicação parece pautar-se, sobretudo, por ampla dispersão epistemológica – exceto por um pequeno núcleo de temas. Esse aspecto é um dos pontos de crítica de Lage em seus textos: o que identifica como uma insuficiência pedagógica da Teoria da Comunicação na formação de jornalistas remete a um problema mais profundo relacionado à constituição epistemológica da Comunicação como área autônoma do saber.

No entanto, ao que parece, é a partir dos anos 2000 que ganha força a articulação de um debate sobre a pertinência das habilitações específicas à Comunicação, em uma perspectiva que vai gerar importantes discussões não só sobre a área de Comunicação, mas também a propósito do que representa uma área de conhecimento. O resultado desse debate é a transformação das habilitações em cursos superiores, deixando a formação em Comunicação apenas para o âmbito da pós-graduação – por motivos de espaço, remete-se às discussões pormenorizadas de Aguiar (2013), Albuquerque e Roxo (2015) e Moraes (2017).

Embora o texto de Lage não mencione esse debate, ele endereça o assunto ao questionar a pertinência do estudo teórico da Comunicação e sua contribuição ao ensino de Jornalismo.

Não por acaso, ao mostrar as implicações políticas desse tipo de procedimento, o autor traz também exemplos da retórica clássica, situando as matrizes teóricas dentro de uma perspectiva histórica. Os problemas de Comunicação, bastante antigos, não parecem ter sido resolvidos, na concepção de Lage, pelos debates a respeito, tão antigos quanto. O resultado é a repetição de um mesmo grupo de argumentos, tanto de acusação quanto de defesa, referentes ao suposto poder da mídia na sociedade – voltado para retirar a discussão dos aspectos mais efetivos do poder político e econômico.

A crítica ao cânone

A carta de Jussara Rezende Araújo enviada ao *Observatório da Imprensa*, ao que tudo indica, não está disponível para consulta online na página. Há como referência os trechos citados por Lage (2003b) em sua resposta, *A comunicação decepcionante*. A professora questiona a proposta de eliminar os estudos de Comunicação das faculdades de Jornalismo, ressaltando a importância e a abrangência da matéria. A certa altura, segundo o trecho citado, ela afirmaria que Lage “não domina a extensão dos problemas tratados pela disciplina”. A resposta a essa afirmação é o ponto de partida para uma revisão, bastante crítica, dos principais conteúdos tratados na disciplina Teoria da Comunicação. Lage (2003b) indica que “é por dominar que considero a matéria, tal como ela é ensinada no Brasil, o irrelevante do irrelevante do irrelevante para a formação de jornalistas em nível de graduação”.

Antes de discutir os principais aspectos de sua crítica, vale destacar o aspecto pedagógico que a discussão assume. A crítica não se dirige apenas ao conjunto de conhecimentos definido como “teoria da comunicação”, mas, sobretudo, sua objetivação como disciplina nos cursos superiores. É importante sublinhar a proposta de pensar a teoria “tal como ela é ensinada no Brasil”: a discussão de natureza epistemológica que se segue, em seu artigo, é pensada em relação à formação profissional.

Lage não chega a mencionar cursos ou programas específicos: a palavra “programa”, aliás, aparece apenas do meio para o final do texto. É possível entender que o autor dialoga com o ensino a partir da prática docente, mas não há referências específicas. Esse aspecto oferece igualmente uma pista para outro questionamento: qual era, naquele momento, a teoria ensinada?

A crítica de Lage parece endereçar-se a uma espécie de “cânone” relativamente organizado de conceitos e teorias, agrupados de maneira mais ou menos cronológica, em “escolas”. Isso leva a supor que esse tipo de sistematização do saber comunicacional já devia estar em circulação na área. Uma resposta completa para essa questão exigiria uma pesquisa de reconstrução quase arqueológica dos programas de ensino de Teoria da Comunicação naquele momento. No entanto, é possível encontrar indícios dessa circulação a partir da bibliografia sobre o assunto disponível no período, tanto os livros-texto quanto reflexões epistemológicas sobre o ensino de Teoria da Comunicação.

A perspectiva de trabalhar a partir de escolas teóricas, dentro de uma distribuição geográfica, ao que parece, já estava disseminada como prática de ensino da disciplina Teoria da Comunicação. Embora existissem diferenças nas propostas taxonômicas referentes à constituição do que poderia ser um “cânone” das teorias da comunicação, como assinalado em outro momento (L. M. MARTINO, 2015), observa-se também certa semelhança entre autoras e autores que, naquele momento, se dedicam a escrever sobre o assunto.

Tópicos de teoria da comunicação, de Pedro G. Gomes (1997), é o primeiro livro sobre o assunto a trazer uma divisão em escolas teóricas. Até então, as obras de Teoria da Comunicação eram organizadas sobretudo ao redor de temas, sem uma perspectiva definida. Pensada como suporte ao ensino da disciplina, o livro de Gomes permite pressupor que essa organização da matéria já estava em circulação em meados dos anos 1990.

Esse tipo de divisão, ao que tudo indica, aparece pela primeira vez no texto citado de Lima (1983), que apresenta diferentes concepções de comunicação como uma alternativa para se pensar o ensino da disciplina. A formulação é retomada e ampliada pelo autor em 2001 (LIMA, 2001). Esse mesmo ano marca a publicação da coletânea *Teorias da Comunicação*, organizada por Hohfeldt, Martino e França (2001), na qual a divisão por escolas teóricas estava plenamente consolidada. É compreensível, portanto, que Lage (2003b) se debruce sobre um cânone de teorias mais ou menos estabelecidas para sustentar a crítica ao seu ensino nos cursos de graduação em Jornalismo.

Lage dedica entre dois e quatro parágrafos para apresentar brevemente as concepções de cada escola teórica. Note-se que, em consonância com sua proposta, o autor destaca de cada uma delas as principais apropriações didáticas nos cursos de Teoria da Comunicação. Não se trata de um longo e detalhado exame de cada uma das teorias ou conceitos, mas sobretudo de apontar o que considera dois problemas: de um lado, a insuficiência das apropriações curriculares dessas ideias; de outro, o que denomina sua “irrelevância” na formação de jornalistas.

O argumento se desenvolve, cronologicamente, a partir das chamadas “escolas norte-americanas”. Mais do que o modelo em si, Lage dedica sua crítica à maneira como esse modelo é apresentado – como uma teoria a ser imediatamente refutada, mas sem que se observe efetivamente seus reais problemas para o estudo da Comunicação:

Parte dos cursos básicos de Teoria da Comunicação é consumida com a crítica do modelo formulado por Shannon e Weaver em seu livro *Mathematical Theory of Communication*, de 1949. Os críticos queixam-se de que ele não considera fatores culturais ou o contexto social. Nem poderia: foi desenvolvido por engenheiros para dar conta do funcionamento de sistemas de rádios e telefonia. A crítica deveria visar não os autores, mas os comunicólogos que se apropriaram do modelo para extrair conclusões absurdas – as que sustentam, por exemplo, o domínio do emissor sobre o receptor e, a partir daí, consideram que toda mensagem objetiva o convencimento (LAGE, 2003b, não paginado).

Note-se a presença, na citação, do trecho “parte dos cursos básicos de teoria da comunicação”. Evidencia-se novamente a crítica à maneira como esses conte-

údos são trabalhados em sala de aula, embora não sejam feitas menções diretas a nenhum curso específico. Na prática dos corredores universitários, evidência assistemática, mas não menos significativa, é possível encontrar um discurso de rejeição a essas primeiras teorias por princípio, sem que necessariamente sejam apontadas suas falhas ou limites. A perspectiva de “apresentar para criticar” é apontada em termos negativos por Lage. Ao mencionar os estudos de Paul Lazarsfeld sobre o predomínio das relações pessoais sobre as mensagens da mídia na decisão de voto, desafiando o predomínio da ideia de “efeitos”, Lage (2003b, não paginado) assinala:

Os meios de comunicação injetam nas pessoas um veneno contra o qual elas não têm defesa.” Essa metáfora é chamada de “teoria hipodérmica”, somando pedantismo à banalidade. A proposição estava tão difundida na década de 1930 e parecia tão evidente que motivou uma pesquisa por amostragem estatística, conduzida durante décadas por Paul Lazarsfeld e sua equipe nos Estados Unidos e que resultou (a) no aperfeiçoamento do método; e (b) no desmentido formal à atribuição de poder nessa medida à mídia, pelo menos à mídia eletrônica, se comparada às mídias presenciais. Como os dados são irrespondíveis, a forma de combatê-los foi desqualificá-los: por terem resultado de pesquisa funcionalista, não poderiam ser levados em conta. Quem se opõe aos comunicólogos ou é “positivista” ou “funcionalista”.

Há no trecho a identificação nominal dos “comunicólogos” como defensores do ensino de Teoria da Comunicação tal como criticado no texto.

A crítica de Lage (2003b) se refere também à persistência do modelo de “efeitos” ou “influência” nos estudos de Comunicação, com uma consequente sobrevalorização isolada do poder da mídia, responsabilizada por problemas e questões políticas mais amplas – novamente observa-se sua premissa de que, ao criticar a mídia, deixa-se de lado o poder.

A perspectiva da “manipulação” da mídia sobre a população é um traço de semelhança encontrado pelo autor entre as escolas estadunidenses e a crítica europeia, sobretudo o marxismo da Escola de Frankfurt e de Louis Althusser. O denominador comum é a perspectiva de que a mídia tem o poder de manipular a população, seja para “criar o consentimento” ou “gerenciar opiniões”, no caso dos Estados Unidos, seja em termos de “alienação”, na vertente marxista.

Vale notar que Lage questiona várias vezes as fundações e premissas marxistas tanto da Escola de Frankfurt quanto de Althusser. Utilizando a expressão “Pobre Marx!” (numeradas de 1 a 6, conforme o uso se repete), o autor aponta brevemente o que seriam contradições entre o pensamento de Karl Marx e suas apropriações por esses pensadores. Não é este o lugar de discutir pormenoradamente esse aspecto, mas vale registrar esse ponto como uma trilha possível para a compreensão das proposições de Lage (2003b, não paginado):

As obras mais difundidas da Escola de Frankfurt nos cursos de graduação são a *Dialética do iluminismo* (ou “do esclarecimento”, de Theodor Adorno e Max Horkheimer, depende da tradução), libelo de texto elegante escrito por ocasião da ascensão do nazismo mas que ataca, via ideologia iluminista (século 18), o que, na essência, é o pensamento clássico grego (pobre Marx 4!).

A crítica de Lage se destina também a repensar as apropriações pedagógicas das várias matrizes teóricas presentes na constituição da disciplina Teoria da Comunicação. Seria possível destacar, sobretudo, certa tendência à unilateralidade e, em certos casos, à ligação de ideias de autoras e autores a algumas fórmulas ou esquemas. Assim, toda a pesquisa estadunidense seria “funcionalista”; a Escola de Frankfurt seria “pessimista” ou “apocalíptica”, pensando na expressão consagrada por Eco (1995); McLuhan era “entusiasta dos meios” tanto quanto o estruturalismo estaria “ultrapassado”, e assim por diante.

O artigo de Lage recupera não apenas outras nuances, mas também o contexto de elaboração das teorias da Comunicação. Curiosamente, o autor não chega a mencionar o fato de que praticamente nenhuma das teorias e conceitos apresentados foi pensada, em si, como “teorias da comunicação”; trata-se, antes, de concepções teóricas sobre a sociedade ou, no máximo, estudos de sociologia da Comunicação.

Avançando em sua panorâmica cronológica dos cursos de Teoria da Comunicação, Lage (2003b, não paginado) se refere aos tópicos seguintes, que “partem para Michel Pêcheux (*Les vérités de la Palisse*) e sucessores”. A partir desse ponto a crítica se refere não apenas ao conteúdo das proposições teóricas, mas também à maneira como são apresentadas.

Lage aponta uma tendência ao hermetismo e obscuridade de um discurso que poderia ser caracterizado como “pós-moderno” (embora a expressão não apareça no texto) ou o que ficou conhecido no universo anglo-saxônico como “teoria”. O autor menciona, nesse sentido, “o irracionalismo de Paul Virilio (que, para variar, odeia jornalismo e também as ciências mais formalizadas)”, a “literatice de Jean Baudrillard”, “a psicanálise de Jacques Lacan; e até o menos bizarro Pierre Levy, com a comparação entre a rede internet e uma rede neural(!), entre outras metáforas esquisitas”, contando ainda uma menção a “sujeitos espertos como Michel Maffesoli que, segundo me contou um professor português, confessa gostar de orientar pós-graduandos brasileiros porque ‘têm bolsas excelentes e nada pedem’, e ‘trazem as teses prontas e não dão trabalho’”.

Com isso, Lage encerra a desmontagem crítica do que define como um curso de Teoria da Comunicação no início dos anos 2000, ressaltando, em cada momento, os problemas constitutivos de cada modelo ou teoria e, dessa maneira, indicando sua “irrelevância” no ensino de Jornalismo.

Mas sua postura não é apenas crítica, e isso leva ao próximo tópico.

Os conteúdos propostos

“Acho que cobri os conteúdos mais comuns nesses cursos. Poderiam ser diferentes? Claro” (LAGE, 2003b, não paginado).

É sintomático observar que Lage não propõe a substituição da Teoria da Comunicação por estudos mais próximos ou específicos, como uma Teoria do Jornalismo. O cânone de teorias, escolas e conceitos criticado por Lage efetivamente forma parte de um núcleo da “teoria da comunicação”. Ao mesmo tempo, vale recordar a existência de considerável dispersão em relação ao que pode ou não ser incluído como parte dessa disciplina.

Sua proposta, evidentemente, não se dá no sentido de pensar uma reformulação dos cursos de Teoria da Comunicação, mas de trazer conteúdos que, para o autor, seriam adequados ao ensino. Só é possível especular quais seriam as considerações do autor a respeito de outras concepções de Teoria da Comunicação. Como indicado, por exemplo, por L. C. Martino (2007) ou L. M. Martino (2018), uma teoria incluída como “teoria da comunicação” em um livro sobre o assunto pode não estar presente em nenhum outro. Neste último tópico, mais breve do que os anteriores, vale recuperar brevemente suas indicações – em outras palavras, qual seria um curso de Teoria da Comunicação relevante para estudantes de Jornalismo.

A *comunicação decepcionante* passa, assim, de um momento de crítica para outro, agora de caráter propositivo. Assim como no tópico anterior, não há explanações mais detalhadas de cada um dos conceitos ou teorias que viriam a constituir um curso de Teoria da Comunicação, mas menções e indicações ligadas a aspectos específicos. Dessa maneira, Lage (2003b, não paginado) aponta alguns dos conteúdos para esse curso:

Destacaria como indispensáveis (porque farão parte cada vez mais do ambiente cultural contemporâneo) os avanços dos últimos 40 anos na área de cognição: as teorias dos protótipos, de Eleanor Rosch; da conversação (de Paul Grice e Gordon Pask); dos modelos, de Jonhson-Laïrd; da relevância, de Dan Sperber e Dreirde Wilson; e os estudos que relacionam o processamento de informações na mente e a realidade, como os que atualmente simulam comportamentos humanos em sociedades artificiais povoadas por agentes inteligentes etc.

Novamente, sem entrar no mérito de discutir as proposições de cada autora ou autor citado, vale indicar alguns pontos comuns.

Observa-se um predomínio de autoras e autores da filosofia da linguagem e dos estudos cognitivos de base linguística, bem como no estudo dos símbolos. A última parte da citação, ao mencionar “agentes inteligentes”, permitiria trazer a questão para alguns aspectos contemporâneos. Note-se uma preocupação com a questão do fluxo de informações produzido por agentes não-humanos; se é possível flertar com o anacronismo, talvez fosse possível relacionar essa perspectiva com as questões contemporâneas sobre o trabalho dos algoritmos e robôs no ambiente das mídias digitais.

Mas poderiam ser incluídas as análises de Serge Tchakhotine e de Jean Marie Domenach sobre propaganda nazista (seriam muito úteis nesta era Bush); as críticas de Herbert Schiller e Noam Chomsky à sociedade americana e às relações entre empresas de informação e entretenimento e os grandes grupos econômicos, incluindo as discordâncias do último desses pensadores com Jean Piaget; o confronto entre o “direito de informar” e o “direito de ser informado”, que transparece no Relatório MacBride, da Unesco (“Um mundo, várias vozes”), na década de 1970; os enfoques de Gramsci sobre hegemonia e a inserção do pensamento contestador no universo católico, dominante na Itália e no Brasil; textos básicos de Paulo Freire; as *Mitologias* de Roland Barthes e seu estudo sobre *fait-divers* publicado originalmente em *Essais critiques* (embora coubessem melhor em uma disciplina específica de estudos de linguagem jornalística) (LAGE, 2003b, não paginado).

Um segundo bloco de autores mencionados traz um enfoque próximo das ciências sociais, em particular dos estudos de política. Trata-se de perspectivas um pouco mais específicas sobre propaganda, como Tchakhotine, Domenach e Chomsky, de um lado, e sobre jornalismo, com menção a Roland Barthes, de outro. Chama a atenção a inclusão de “textos básicos de Paulo Freire” como recomendação, embora não seja indicada a partir de quais perspectivas ou possibilidades de articulação.

De fato, com exceção talvez de Barthes, Gramsci ou Paulo Freire, este último associado ao pensamento comunicacional por autores como Lima (1995), as proposições de Lage parecem estar ausentes tanto da bibliografia quanto do ensino de Teoria da Comunicação.

Uma questão, no entanto, remete para outro debate: a proposição de um cânone alternativo não é justificada senão rapidamente no texto – recorde-se que se trata de um artigo em veículo de divulgação. Pensando em termos da relevância, seria possível questionar por que um autor seria mais ou menos relevante do que outro – dito de maneira diferente, por que o cânone alternativo proposto seria mais importante na formação de jornalistas do que o atual.

A proposição de um cânone alternativo não menciona quais seriam os critérios para a atribuição de relevância a uma teoria ou outra, uma vez que nenhuma delas, em si – com exceção talvez dos estudos de *fait-divers*, de Barthes (2003) – faça referência direta ao jornalismo. A mudança de cânone, nesse sentido, não lidaria com os problemas de dispersão epistemológica na constituição de uma teoria da comunicação (BRAGA, 2018).

Considerações finais

Situado na encruzilhada de discussões institucionais e epistemológicas, *A comunicação decepcionante* apresenta pontos importantes para se pensar tanto o lugar da disciplina Teoria da Comunicação nos cursos universitários de Jornalismo, quanto a própria ideia de uma “formação teórica” de estudantes de graduação, tendo como critério a ideia de “relevância”. Mais ainda, pode ser um ponto inicial para se pensar sobre a formação e circulação de um conjunto de teorias – e não outro – como Teoria da Comunicação, bem como as modalidades de aprovação dessas ideias no âmbito dos cursos universitários e sua apresentação em sala de aula.

Neste último aspecto, é possível ler o artigo como um pretexto para se pensar as condições do ensino de Teoria da Comunicação nos cursos de graduação. A crítica de Lage se dirige, quase o tempo todo, à teoria tal como é ensinada – ou, pelo menos, como consta em programas de ensino – e circula nas salas de aula. Para professoras e professores de Teoria da Comunicação, as provocações de Lage podem significar um ponto de partida para se pensar não só a atuação em sala de aula, mas também as maneiras de articular a disciplina com vivências contemporâneas – não por acaso, Baptista (2003), escrevendo no mesmo ano, trabalha justamente as possibilidades de tornar Teoria da Comunicação um exercício de criação para alunas e alunos. Se o critério para excluir os estudos de Comunicação dos cursos de Jornalismo é a relevância, talvez seja o caso de pensar como isso é possível – rediscutindo, no processo, algumas de suas principais questões.

Referências

- AGUIAR, Leonel. As diretrizes curriculares e a formação específica em jornalismo. *Alceu*, Vol. 14, no. 27, p. 162-175, jul-dez. 2013.
- ALBUQUERQUE, Afonso de; ROXO, Marco A. As Diretrizes Curriculares de Jornalismo e o modelo cartorial de ensino universitário. *Questões Transversais*, Vol. 3, no. 5, p. 1-9, jan-jun. 2015.
- ANDRADE, Tatiana C. O. **O saber do jornalismo**. Goiânia: Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2015 (Doutorado em Comunicação).
- BAPTISTA, Maria L. C. **Disciplinas Teóricas**: de entulho de currículo a campo do desejo e autopoiesis. Trabalho apresentado no XXVI Congresso Anual da Intercom. Belo Horizonte/MG, 02 a 06 de setembro de 2003.
- BARTHES, Roland. **Crítica e verdade**. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- BRAGA, J. L. O conhecimento comunicacional: entre a essência e o episódio. In: FRANÇA, V. Veiga; SIMÕES, P. (Orgs.), **O modelo praxiológico e os desafios da pesquisa em Comunicação** (p. 119-137). Porto Alegre: Sulina, 2018.
- BUENO, Thaisa; GEHLEN, Marco A. Formação em jornalismo na perspectiva docente. *Cadernos de Comunicação*. Vol. 21, no. 3, p. 66-81, set-dez. 2017.
- DÓRIA, F. Dossiê. In: **Revista de Cultura Vozes**, No. Especial “Escolas de Comunicação e Profissionalização”. Petrópolis: Vozes, Ano 66, Vol. 66, No. 8, Out. 1972.
- ECO, Umberto. **Apocalípticos e Integrados**. São Paulo: Perspectiva, 1995.

GOMES, Pedro G. **Tópicos de teoria da comunicação**. São Leopoldo: Unisinos, 1997.

HIME, Gisely V. V. C. Reflexões sobre o ensino de Teoria do Jornalismo. XVIII INTERCOM SUDESTE. Bauru: **Anais...** Bauru, 3 a 5 de julho de 2013.

HOHFELDT, A.; MARTINO, L. C.; FRANÇA, V. V. (orgs). **Teorias da Comunicação: conceitos, escolas e tendências**. Petrópolis: Vozes, 2001.

LAGE, Nilson. A comunicação decepcionante. **Observatório da Imprensa**, 23 de abril de 2003b. Disponível em <https://www.observatoriodaimprensa.com.br/primeiras-edicoes/a-comunicao-decepcionante/>. Consulta em 02 de fevereiro de 2022.

LAGE, Nilson. A escola muda de perfil. Muda? **Observatório da Imprensa**, 9 de abril de 2003a. Originalmente disponível em <https://www.observatoriodaimprensa.com.br/primeiras-edicoes/a-escola-muda-de-perfil-muda-2/>. Menções feitas a partir de cópia em Word.

LIMA, Venício. **Comunicação e Cultura: as ideias de Paulo Freire**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

LIMA, Venício. **Mídia - Teoria e Política**. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.

LIMA, Venício. Repensando as teorias da comunicação. In: MELO, J. M. **Teoria e pesquisa em comunicação**. São Paulo: Intercom: Cortez, p. 86-98, 1983.

LINS DA SILVA, Carlos E. Teoria da Comunicação. In. MELO, J. M. et alli (Orgs). **Ideologia e Poder no Ensino de Comunicação**. São Paulo, Cortez e Moraes, 1979.

MARTINO, Luiz C. (org.) **Teoria da comunicação: muitas ou poucas?** Cotia: Ateliê, 2007.

MARTINO, Luiz C. Os cursos de teoria da comunicação à luz do Jornalismo. **Liber**, ano 9, no. 17, p. 21-29, 2006.

MARTINO, Luis M. S. Genealogia dos Conceitos na Teoria da Comunicação: esboço de um panorama. **Revista Alaic**, v. 15, no. 1, p. 24-35, 2018.

MARTINO, Luiz C. Descontinuidades epistemológicas na Teoria da Comunicação: um estudo das taxonomias entre 1969 e 2011. **Logos**, v. 22, no. 1, p. 105-120, 2015.

MARTINO, Luiz C. A disciplinarização da epistemologia na(s) Teoria(s) da Comunicação. **InTexto**, v. 29, no. 1, p. 1-17, 2013.

MARTINO, Luiz C. A disciplina interdisciplinar. **Logos**, v. 19, no. 1, p. 17-28, 2012.

MARTINS, Juliane. Trajetória e tensionamentos da Área de Comunicação sob a ótica acadêmico-profissional. XX INTERCOM SUL. **Anais...** Porto Alegre: UFRGS, 20 a 22 de junho de 2019.

MEDITSCH, Eduardo. A aplicação das novas diretrizes curriculares: oportunidade para o reencontro do ensino de jornalismo com o que foi perdido em sua história. In: ALMEIDA, Fernando; SILVA, Robson B.; MELO, Marcelo B. M. **O ensino de comunicação frente às diretrizes curriculares**. São Paulo: Intercom, 2015.

MENEZES, Carlos. Apresentação. In: SÁ, Adísia (Org.). **Fundamentos científicos da comunicação**. Petrópolis: Vozes, 1971.

MORAES, Lilian S. S. As novas diretrizes curriculares para os cursos de jornalismo e o possível fortalecimento da ética profissional. **REU**, Vol. 43, no. 2, p. 277-294, dez. 2017.

PIGNATARI, Décio. **Contracomunicação**. São Paulo: Perspectiva, 1971.

TEMER, A. C. Teorizar é pensar a prática: uma reflexão sobre o ensino das Teorias da Comunicação nos Cursos de Jornalismo. **10º ENCONTRO NACIONAL DE PROFESSORES DE JORNALISMO. Anais...** Goiânia: 27 a 30 de abril de 2007.